



METODOLOGIAS PARA DELIMITAÇÃO DE FAIXAS DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM AMBIENTES URBANOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Caroline Vigano Rech (BIT Inovação), Gisele Cemin, Tiago Panizzon, Bianca Breda, Geise Macedo dos Santos, Juliano Rodrigues Gimenez (Orientador(a))

Historicamente as populações utilizaram os rios, alterando seu curso, poluindo as águas e ocupando áreas circundantes, resultando na remoção de matas ciliares, que desempenham papel importante protegendo os corpos d'água. Preservar essas áreas tornou-se uma demanda socioambiental e uma ferramenta para isso é o Novo Código Florestal (Lei 12.651/2012). O Código define Áreas de Preservação Permanente (APPs) e suas larguras. Porém, o texto original se aplica a áreas rurais consolidadas e não contém determinações para áreas urbanas consolidadas. Complementando o Código, foi promulgada a Lei 14.285/2021, que altera dispositivos e trata de APPs em áreas urbanas. Essa lei estabelece a necessidade de um Diagnóstico Socioambiental (DSA) para demarcar essas áreas. Como o tema é recente no âmbito legislativo, não há uma metodologia descrita para elaborar o DSA. Ainda, foi publicada a Resolução CONSEMA/RS 485/2023, abordando essa lei e o DSA, porém sem diretrizes técnicas ou metodológicas para o estudo. Principalmente, sem orientações para converter as informações do DSA em propostas efetivas de faixas de APPs hídricas. Nesse contexto, propõe-se desenvolver uma métrica, aplicando metodologias baseadas em análise de especialistas. O objetivo deste trabalho é identificar os métodos mais adequados, analisando metodologias presentes na literatura e relacionando-as por meio de uma matriz de decisão. Foram analisados os métodos: quali-quantitativos, Matriz de Leopold, Ad Hoc, Check List, Modelo de Simulação, Análise Multicritério, Análise Hierárquica de Processos, Avaliação Ambiental Estratégica e Delphi. Para cada metodologia, analisaram-se 14 critérios: aplicabilidade ao caso, facilidade de aplicação, utilização de equipe multidisciplinar, avaliação de aspectos sociais, custos, rapidez, anonimato de equipes, precisão de resultados, objetividade, avaliação multicritério, solução de problemas complexos, conversão e mudança de opiniões e associação de resultados quali-quantitativos. A cada critério, foi atribuída uma pontuação: 0 para respostas negativas, 0,5 para respostas medianas e 1 para respostas positivas. Assim, foi possível identificar a metodologia mais adequada, que obteve maior pontuação. A Delphi obteve a pontuação mais alta, totalizando 12 pontos de 14 possíveis, superando por uma pequena margem a Análise Multicritério. Com base nessa escolha, será possível dar início à fase de consulta aos especialistas para definir as faixas de APP mais adequadas a cada caso.

Palavras-chave: Áreas de Preservação Permanente, Legislações, Metodologias de delimitação

Apoio: UCS, BIC-UCS